



Amazônia Multiterritorializada: Espaço, Cultura e Comunicação na Contemporaneidade¹

Élida Fabiani Morais de Cristo²
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

Este artigo trata da região amazônica e de suas multiterritorializações contemporâneas. Entende-se que da mesma forma que o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação é um dos fatores condicionantes das hibridações culturais, também contribui para as multiterritorializações observadas nas formas de comunicação tradicional. No caso da oralidade amazônica, essa multiplicidade se deixa mostrar tanto na forma como nos temas tradicionais, que admitem a penetração de elementos contemporâneos e “estrangeiros”. Para refletir o tema, buscou-se atentar para os diferentes conceitos de território, bem como para a história e a conformação atual da Amazônia, que mostram suas peculiaridades em relação à conjuntura mundial e brasileira, mas também a complexidade que a equipara com qualquer outra região que vivencia desde há muito as dinâmicas da comunicação e cultura contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: território; cultura; Amazônia; comunicação.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, cada vez menos o tempo se submete e é condicionado pelo espaço. O espaço físico desde há muito divide espaço com outro – o virtual, no qual as relações sociais são sempre (e cada vez mais) mediadas por meios de comunicação e que torna as distâncias relativas, aproxima culturas diferentes e faz a velocidade da comunicação depender mais de avanços técnicos do que necessariamente da distância física entre lugares.

O desenvolvimento e o aumento do alcance da mídia no século XX foram fundamentais para um compartilhamento de vivências em nível planetário, a ponto de gerar expectativas de uma sociedade global, desterritorializada, deslocalizada. Dessa forma, o que se pretende neste artigo é deixar algumas pistas para a discussão sobre a

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia - UFPA, email: elida.fmc@gmail.com.



espacialidade, sobre território e principalmente sobre a importância destes elementos para a compreensão da multiterritorialização nas culturas e formas de comunicação.

Rogério Haesbaert (2010, p. 35), ao mostrar a polissemia que acompanha a noção de “desterritorialização”, afirma que “Dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização”. Para o autor, por se tratar de “espacialidade humana”, a noção de território é conceitualizada não apenas na Geografia, mas em áreas como a Economia, a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia, a qual dá destaque para a dimensão simbólica de território: este seria “um espaço de referência para a construção de identidades”.

Seguindo o raciocínio de Haesbaert, acredita-se que, para falar de desterritorialização (e, neste caso, também de multiterritorialização), é necessário antes explicitar de que território se está falando: neste artigo, trata-se do território amazônico, cuja dimensão, entretanto, só pode ser mensurada após uma compreensão do seu espaço geográfico.

1. PONTOS PARA UMA COMPREENSÃO TOTALIZADORA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O estudo do espaço humano, no quadro das Ciências Humanas, não pode se limitar a um estudo da sua natureza (modificada ou não). É necessário estudar o espaço na sua totalidade, o que inclui as dinâmicas sociais que interferem diretamente sobre o espaço físico. Segundo Santos (1982, p. 1), a categoria de Formação Econômica e Social é a mais válida para a compreensão do espaço humano, porque abrange não apenas a Geografia das formas espaciais, mas também a Geografia das formações sociais: “Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”. É somente a partir do entendimento de F.E.S. que se poderá apreender o movimento que marca a história de uma sociedade.

O movimento mundial, de globalização de economias e de culturas, não é o mesmo para as diferentes sociedades. A estruturação social, política, econômica e cultural de determinado território pode ser interferida pela tendência global, em maior ou menor grau, mas cada fração do globo possui sua própria conjuntura.

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua



filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1982, p. 2).

Dentro de cada conjuntura, podem existir diferentes formações econômicas e sociais. Uma mesma sociedade pode possuir arranjos socioeconômicos e culturais diversos. E num país como o Brasil, é possível perceber toda a diversidade e complexidade que distingue uma região da outra.

Em pesquisa divulgada em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é possível perceber o quanto as desigualdades sociais entre as diferentes regiões do país e dentro das próprias regiões ainda incidem sobre, por exemplo, o índice de equipamentos culturais³ e de meios de comunicação. De acordo com o documento com o resultado da pesquisa divulgado pelo Instituto,

Para alguns indicadores, as Regiões Sudeste e Sul apresentam os mais altos percentuais de incidência dos equipamentos ou meios de comunicação, seguidas pela Região Centro-Oeste: este é o caso das bibliotecas, impressão de jornais e revistas e os centros culturais. No caso das TVs comunitárias e da recepção de mais de cinco canais de TV, o destaque é a Região Sudeste, sendo que a não existência de recepção de canais ocorre com maior frequência na Região Norte. Os exemplos acima aproximam-se da clássica diferenciação entre o Norte/Nordeste e Sul/Sudeste do País, sendo o Centro-Oeste a região intermediária (IBGE, 2006, p. 102).

O mesmo estudo do IBGE aponta para o crescimento do percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação. Com relação aos meios de comunicação, salvo as exceções de grupos humanos ainda isolados, o aumento do seu alcance parece ser a tendência global vivenciada nas sociedades atuais. Entretanto, apesar dessa tendência, o acesso continua desigual. As regiões subdesenvolvidas do globo e os chamados países emergentes (como o Brasil) ainda ficam atrás quando o assunto é acesso a meios de comunicação.

Todos esses dados contribuem para a compreensão da proposta de Santos anteriormente citada, que chama atenção para as diferentes regiões como “cisões” do todo: se optarmos por compreender essas regiões como formações econômicas e sociais,

³ Segundo o documento oficial com o resultado da pesquisa, “equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado à cultura existente no momento da pesquisa, no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público de qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal”. Exemplo: Bibliotecas e centros culturais. O IBGE deixa claro que a infraestrutura para conteúdos culturais não indica o fluxo dessas atividades, muito menos permite a sua avaliação mais qualitativa.



perceberemos que ao mesmo que se assemelham em alguns aspectos, também guardam suas especificidades. Assim, mesmo que a tendência mundial seja o desenvolvimento e o alargamento do alcance dos meios de comunicação, as frações dessa totalidade, mesmo que apresentem essa potencialidade, podem divergir consideravelmente pelos mais variados fatores.

É esta a ligação das sociedades localizadas com o movimento geral da humanidade. Num país como o Brasil, é possível perceber as similaridades com a totalidade que o posiciona na busca pelo desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, sua formação histórica (seu passado colonial, para citar apenas um dado) o particulariza. E a sua história geral, formada, internamente, por variadas “sub-histórias”, contribui para diferenciá-lo da conjuntura geral da sociedade.

Cada região vivenciou uma formação econômica e social diferente da outra. Assim, só se poderá compreender a conformação atual dos diferentes espaços, como a da Região Amazônica, se atentar-se para as suas formações econômicas e sociais. Compreender o espaço amazônico brasileiro é levar em consideração que sua história não é a mesma que a de regiões como o Sudeste e o Sul do Brasil.

2. O TERRITÓRIO AMAZÔNICO

São diversas as abordagens teóricas que procuram definir o conceito de território, como afirma Haesbaert (2010). Economicamente, território pode ser definido como fonte de recursos ou de acordo com a apropriação que se faz da natureza. Para exemplificar a definição de território que privilegia a dimensão econômica, o autor traz uma concepção de Milton Santos que define território segundo o “uso” que dele se faz. Assim, não seria o território em si mesmo o objeto da análise social, mas o uso que se faz dele (p. 59).

Outra tradição conceitual de território apontada seria a jurídico-política, mais associada às divisões estatais. Entre os teóricos citados, aponta Jean Gottman, que enquadrar-se-ia nessa tradição conceitual: “a unidade política é o território”; assim, o território seria “um compartimento do espaço politicamente distinto” e uma “entidade jurídica, administrativa e política” (apud Haesbaert, p. 67).

No contexto contemporâneo, “supermoderno” (nas palavras de Alain Bourdin, 2001), as discussões em torno da noção de espaço (da sobreposição do tempo em relação ao espaço, do suposto esmaecimento das fronteiras territoriais), do local em relação ao global, reforçariam a necessidade de estabilizar, regular e organizar



socialmente a localização. Aproximando-se do que Haesbaert define como tradição jurídico-política, Bourdin propõe modelos de localização que nos ajudariam a compreender o local nessa conjuntura atual. Um modelo de localização permitiria, entre outras coisas: organizar os territórios, delimitá-los e qualificá-los nos planos jurídico, econômico e social; definir o conteúdo de um território local (suas normas e seus símbolos, por exemplo) e atribuir características sociais aos territórios locais.

O primeiro modelo de localização seria o *hierárquico-homológico*, no qual o local reproduz a sociedade global, constituindo o que se pode chamar de “globalismo localizado”. O segundo modelo proposto por Bourdin seria o *comunitário*, no qual a dimensão local possui mais autonomia em relação ao global: “A proximidade, a semelhança dos modos de vida e das culturas são os constitutivos do viver junto, que se somam ou se contradizem” (p. 201). Um terceiro modelo seria o *piramidal*, “que faz da sociedade local a base da sociedade global” (o oposto do primeiro modelo).

Num primeiro momento, pode-se inferir que o modelo de localização amazônico seja o comunitário, não por se tratar de uma grande comunidade, mas por possuir como forma predominante de organização social entre as suas localidades a forma comunitária. Nas inúmeras comunidades que fazem parte do território amazônico, observam-se as características que tipificam o modelo de localização comunitário:

(...) fortes interações entre seus membros no cotidiano, proximidade dos modos e/ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias, religiosas, sociais), bem como pela capacidade de exprimir esta proximidade em instituições coletivas. O conteúdo do território local é sua expressão, através do “viver junto” e dos interesses coletivos. Assim sendo, a questão da relação com os outros territórios não tem resposta claramente estabelecida e não está sujeita a nenhuma regra de estabilidade (BOURDIN, 2001, p. 199).

Como Bourdin sugere, no modelo comunitário até pode haver relação da comunidade local com outros territórios, mas esta ocorre de maneira incerta, pontualmente, ou seja, não se dá de forma contínua. Assim, podemos dizer que os outros territórios não interferem de forma significativa no modelo predominantemente localizado. Mas será que, diante da complexificação das relações inter-territoriais, das dinâmicas sociais e culturais decorrentes dos fluxos cada vez maiores de informação, pessoas e mercadorias entre diferentes regiões, é possível falar em um modelo único para determinada região, mesmo que se trate de regiões como a Amazônia brasileira, que durante muito tempo permaneceu num relativo isolamento do restante do país e de outros países?



2.1. Amazônia e Amazônias

Como o próprio Bourdin (2001, p. 202) indica, um modelo *plural*, que englobasse todos os outros três modelos, talvez fosse o mais condizente com a época contemporânea. O autor destaca a importância de se criar modelos de localização adaptados à sociedade-mundo da atualidade, de modo que o território pudesse ser continuamente definido ou conquistado, de acordo com as pertencas múltiplas que os indivíduos criam e recriam para si próprios.

Essa última proposta de Bourdin talvez seja a mais indicada para se aplicar à Região Amazônica. Embora se reconheça que sua formação econômica e social tenha sido única em relação à de outras regiões – a própria Amazônia Legal foi instituída para fins de planejamento político e econômico do país num contexto em que era tida como a região mais isolada do Brasil, que precisava ser integrada e desenvolvida –, apesar de a vida social, econômica e cultural nessa região ainda ser em muitos lugares determinada direta ou indiretamente pela natureza (como no caso da cheia dos rios que determina o calendário escolar), o território amazônico é muito complexo.

A sua complexidade não se restringe à diversidade ecológica: é preciso atentar-se também para a complexidade social. Diversos outros povos formam os povos amazônicos que, por sua vez, possuem as mais variadas formas de organização territorial. Por esse motivo não é possível falar de apenas “uma Amazônia”, mas sim de “várias”.

A ideia que se constrói sobre a região (às vezes por parte dos seus próprios habitantes), de que se trata de um lugar predominantemente rural, com exceção das capitais, e de um lugar de comunidades isoladas, distantes umas das outras por florestas densas e pelos rios, fortalece o discurso sobre a Amazônia que a situa como um lugar “atrasado”, “parado no tempo”, subdesenvolvido. Não se leva em consideração o crescente processo de urbanização vivenciado na região, que não se limita somente às capitais, mas que está se ampliando para as áreas rurais, antes tidas como isoladas. Ainda é possível contabilizar comunidades com diferentes níveis de isolamento, mas há de se considerar também que uma parte delas está cada vez mais integrada ao restante da região e do mundo.

Existem “Amazônias” predominantemente rurais, mas mesmo nesses casos não se pode afirmar que se tratam de comunidades atrasadas ou avessas ao desenvolvimento, da mesma forma que, nas “Amazônias” predominantemente urbanizadas, não significa



necessariamente que sejam mais desenvolvidas e com padrão de vida superior. Lima (2005), na sua discussão sobre as “novas ruralidades”, constata que tanto a cidade como a aldeia são objetos de concepções preconceituosas que muitas vezes supervaloriza a primeira e desvaloriza a segunda, em favor de objetivos políticos e econômicos bem definidos:

A aldeia é, às vezes, pensada como a anti-sociedade industrial. É-lhe atribuída uma capacidade de manter as tradições, de favorecer as relações pessoais de interconhecimento, é-lhe reconhecida uma dimensão “humana” que facilita a gestão dos trabalhos. Os períodos de crise favorecem tais apreciações. A cidade, malgrado as críticas que lhe são endereçadas, é genericamente identificada à modernidade, ela é o termo final para o qual tende a sociedade (LIMA, 2005, p. 48).

As duas formas de organização territorial guardam suas diferenças, e podem até mesmo ser complementares, e não necessariamente prejudiciais uma à outra:

A cidade e a aldeia representam dois tipos de relações entre uma sociedade e seu espaço, duas maneiras de dominá-lo tecnicamente e de organizá-lo economicamente. (...) Processo de desenvolvimento econômico, a urbanização modifica a produção, as trocas e o consumo da aldeia; por consequência, instaura uma interferência crescente entre funções e entre grupos aldeãos e citadinos; em seguida, opera-se uma transformação das estruturas sociais (LIMA, 2005, p. 49).

Assim, o espaço rural corresponde a um espaço diferente, mas não inferior em relação ao urbano. Embora a interferência do urbano em relação ao rural possa ser mais intensa que o inverso, não ocorre homogeneização do rural. De acordo com Lima (numa referência à autora Wanderley), no Brasil – assim como no mundo –, “a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura não representaram qualquer ‘uniformização’ da sociedade que atestasse o esgotamento das particularidades seja de certos espaços, seja de certos grupos sociais” (LIMA, 2005, p. 55).

Pela definição sociológica de *rural* apontada pela mesma autora, as ruralidades da Amazônia, bem como outras ruralidades, permanecem em parte com as duas características básicas mencionadas (LIMA, 2005, p. 55):

a) relação específica dos seus habitantes com a natureza, quando o ambiente natural ainda prevaleceria em relação ao meio modificado pelo homem; disso resultaria práticas e representações próprias do espaço, do tempo, do trabalho, entre outros;

b) e relações sociais também específicas, de interconhecimento. Acredita-se que, ao falar de interconhecimento, a autora se refira às interações próximas que aconteceriam entre seus membros no cotidiano, como no caso do modelo de localização



comunitário proposto por Bourdin anteriormente citado. Nesse caso, trata-se de uma interação pouco mediada pelos meios de comunicação, onde todos ou quase todos se conhecem e onde prevaleceria a oralidade como principal forma de comunicação entre seus membros.

Mas optar por essa definição de rural seria deixar de lado grande parte do interior amazônico, onde as pequenas cidades e seus arredores tendem a se aproximar cada vez mais das características das grandes cidades e metrópoles. Assim, da mesma forma como não podemos falar de *uma* única Amazônia, não podemos falar de *um* rural. É necessário pluralizar essas categorias para dar conta de uma realidade que é plural.

Assim como Bourdin atesta problemas em propor modelos de localização que utilizam como parâmetro as sociedades anteriores, é problemático propor uma polaridade entre urbano e rural sem levar em consideração as dinâmicas socioespaciais da atualidade. Lima (2005, p. 56-57) também atenta para o que chama de “ambiguidade teórica da sociologia”: “Permanece a decantada oposição tradicional/moderno. (...) Tal espaço [o rural] é definido por ausências, espaço da natureza, população reduzida etc. Assim, não há lugar para mudanças no ‘rural’”.

Assim, mesmo que a formação econômica e social da Amazônia seja diferente das de outras regiões do Brasil, nas quais a interpenetração do urbano e do rural se dá há mais tempo e de forma mais intensa, a existência de apenas duas categorias (urbano e rural) já não dá mais conta de uma análise social amazônica que se queira completa. O que não pressupõe que as categorias de análise devam ser as mesmas que as de outros lugares de contextos totalmente diferentes, afinal como Lima mesmo afirmou, “Na Amazônia, a floresta, as comunidades indígenas, os animais, os rios e os homens dos povoados são ainda fragmentos de um quebra-cabeça sobre um tabuleiro, aguardando um encaixe ideal ainda não encontrado” (2005, p. 59).

Não haveria, portanto, tanto na Amazônia como em outros lugares, uma categoria genérica de ruralidade, uma vez que varia a conformação da ruralidade de acordo com o contexto cultural, social e econômico, que são os mais variados (CARNEIRO, 1998 apud LIMA, 2005, p. 61). Dessa forma, uma discussão sobre o território amazônico deve sim levar em consideração as interações entre rural e urbano, tradicional e moderno, local e global observadas na contemporaneidade, porque se tratam de processos cada vez mais presentes na realidade amazônica. Mas há de se considerar que esta região possui sua própria história, o que requer que voltemos a atenção para as suas particularidades em relação ao todo, em relação à tendência global.

2.2. O território simbólico, em movimento

Retomando as diferentes concepções de território apontadas por Haesbaert, traz-se a perspectiva “idealista” ou simbólica para dar amplitude à compreensão do território amazônico. Essa perspectiva, mais utilizada por antropólogos, é a mais subjetiva e diz respeito aos sentidos que as diferentes sociedades dão para o que consideram os seus territórios e os territórios de outras. De acordo com Hall (1986 apud HAESBAERT, 2010, p. 69), “o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve”. José Luis García, por sua vez, fala da “semantização do território” e afirma que não é possível compreender esta somente a partir do estudo do espaço físico:

Se o território é suscetível de um estudo antropológico, e não meramente geográfico ou ecológico, é precisamente porque existem indícios para crer no caráter subjetivo do mesmo, ou, dito de outra forma, porque (...) entre o meio físico e o homem se interpõe sempre uma ideia, uma concepção determinada (GARCÍA, 1976, p. 21 apud HAESBAERT, 2010, p. 70).

Essa perspectiva permite ir além da lógica cartesiana moderna, que associa território com o “quebra-cabeça” dos Estados nações, e chegar a uma lógica mais atual, dos fluxos, do movimento, da hibridação: “Nesta (...) perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras (...)” (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2010, p. 71).

Portanto, se quisermos empreender uma reflexão sobre os processos de desterritorialização contemporâneo, é preciso ter em mente que esse território simbólico não é uno, indivisível, estático: ele está em constante movimento. Dessa forma, levando em consideração a dinâmica do território (no sentido amplo, que integra as suas diferentes dimensões), seria restrito falar de desterritorialização (apenas). O território carrega consigo tanto a potência desterritorializadora como a reterritorializadora: assim, no constante movimento de abandono e (re)construção de territórios, o processo seria o da des-re-territorialização.

Essa dupla potência do território permite compreender proposições de teóricos, como García-Canclini, que abordam a questão da desterritorialização sob o ponto de vista cultural, no contexto dos discursos sobre a pós-modernidade.



As buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as dos que assumem as tensões entre desterritorialização e reterritorialização. Com isto refiro-me a dois processos: a perda da relação “natural” da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas (GARCÍA-CANCLINI, 1997, p. 288 apud HAESBAERT, 2010, p. 223).

Mesmo reconhecendo-se que a hibridação não é um fenômeno novo, vale ressaltar que é com a chamada pós-modernidade que ela se intensifica, tornando necessária a diferenciação entre a definição socioespacial de identidade e a definição sociocomunicacional. Esta última seria a que define as identidades pós-modernas (transterritoriais e multilinguísticas) que, “em vez de se basearem nas comunicações orais e escritas que cobriam espaços personalizados e se efetuavam através de interações próximas, operam mediante a produção industrial de cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado de bens” (GARCÍA-CANCLINI, 1995, p. 35-36 apud HAESBAERT, 2010, p. 222).

Muitos teóricos já discutem que na atualidade é mais pertinente falar em *identificações* do que em *identidade*, justamente devido ao movimento e às diversas possibilidades de deslocalização e “relocalização” de que os indivíduos dispõem. Paes Loureiro (2008, p. 127), em ensaio sobre a identidade e as identificações na Amazônia, admite a compatibilidade entre a identidade e a mudança, propondo o que chama de “identidade temporal”: “A identidade temporal é uma espécie do que penso ser uma ‘identidade identificante’, espécie de ‘invariante variável’ que permite compreender-se que as coisas, mesmo em situação diferentes de tempo sejam elas mesmas sendo outras”.

É essa identidade identificante que nos permite afirmar que a Amazônia constitui um território simbólico de múltiplas faces, e que mostram o problema de utilizar unicamente o critério físico do território para compreender a identidade. Hoje, pela televisão ou por outro meio de comunicação, é possível identificar-se com culturas de lugares nunca visitados na realidade física. Pela internet se pode estar em vários lugares do mundo ao mesmo tempo, e o habitante da capital do Pará pode se sentir mais próximo dos americanos de Nova Iorque do que das populações das ilhas do entorno de Belém.

Penso que no mundo atual, onde a Amazônia cada vez mais se inclui e é incluída, a identidade, na etnopaísagem alimentada pela



mediapaisagem e a ideopaisagem⁴, reelabora-se ludicamente como identificação. Torna-se uma identidade caleidoscópica de identificações, constituída por uma imprevisível recombinação de identificações insaciáveis, a cada girar do mundo fragmentário atual da comunicação, dos deslocamentos e do novo imaginário (LOUREIRO, 2008, p. 132).

3. MULTITERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO E NA CULTURA AMAZÔNICAS

Em outra obra, Loureiro (2000) nos fala de dois grandes espaços sociais tradicionais da cultura amazônica: o da cultura urbana e o da cultura rural. O da cultura urbana se manifestaria na vida das cidades, onde “as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas, [e] há maior velocidade nas mudanças”. No ambiente rural, especialmente ribeirinho, a cultura se expressaria de forma mais tradicional:

A cultura está mergulhada num ambiente onde predomina a transmissão oralizada. Ela reflete de forma predominante a relação do homem com a natureza e se apresenta imersa numa atmosfera em que o imaginário privilegia o sentido estético dessa realidade cultural (LOUREIRO, 2000, p. 57).

Loureiro não exclui, entretanto, a interpenetração entre as duas e a sua forte articulação mútua. Esta é a chave para compreendermos que, das diferentes formas de articulação e interpenetração do urbano com o rural (e vice-versa), formam-se diferentes ruralidades e urbanidades.

A mesma complexidade se mostra ao tomarmos a desterritorialização na perspectiva cultural, que pode ser interpretada a partir dos diferentes níveis de interação cultural que ela envolve:

Assim, teríamos territórios culturalmente mais fechados – cujos grupos poderiam ser vistos, ao mesmo tempo, como territorializados (internamente) e desterritorializantes (na relação com grupos de outros territórios, deles excluídos), e territórios culturalmente mais híbridos, no sentido de permitirem/facilitarem o diálogo intercultural, quem sabe até possibilitando a emergência de novas formas, múltiplas, de identificação cultural (HAESBAERT, 2010, p. 229).

Nesse sentido, ao propor uma reflexão sobre a cultura e as formas de comunicação na Amazônia contemporânea, é necessário fazer uma contextualização do seu espaço,

⁴ Etnopaisagem, mediapaisagem e ideopaisagem: conceitos de Arjun Appadurai que Paes Loureiro discute no ensaio. São as diversas paisagens formadas pelos fluxos globais da atualidade. Além destas, cita a tecnopaisagem e a financiopaisagem.



retomar sua história e observar sua conformação atual (sua formação econômica e social, tal como propõe Santos), para compreendermos qual o nível de interação cultural predominante (se é que há) na região. Reconhecendo que há diferentes estágios de intercâmbio, reconhece-se sua configuração híbrida.

A região vivenciou – e vivencia, pois o processo é contínuo – a desterritorialização, mas sempre se reterritorializando, pois

Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. (...) desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de restabelecer uma “casa” cultural. (...) todos nós estamos, como seres humanos, corporificados e fisicamente localizados. Neste sentido material fundamental, os vínculos da cultura com a localização podem nunca ser completamente rompidos e a localidade continua a exercer suas reivindicações por uma situação física no nosso mundo vivido. Assim, a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço cultural mais complexo (TOMLISON, 1999, p. 148-149 apud HAESBAERT, 2010, p. 232).

Se o homem “é o fator geográfico por excelência”, como propõe Eidorfe Moreira (1989, p. 10), da mesma forma como não é possível pensar a geografia sem o homem (“Sem o homem, o espaço é apenas uma noção física”), também não se pode pensar o homem sem o espaço. Assim, a cultura e a comunicação, enquanto produções feitas pelo homem, quando passam por processos de desterritorialização, necessariamente se reterritorializam.

Pressupõe-se, dessa forma, que as tradições que antes predominavam na cultura e na comunicação amazônicas permanecem, mas de forma diferente de outrora: na contemporaneidade, as tradições entram em contato com elementos (pós-) modernos e com outras tradições, estrangeiras, tornando as referências localizadas apenas uma a mais dentre múltiplas.

Como Thompson (2008) afirma, “a tradição se desritualizou”. E isso não pressupõe o fim das tradições, mas indica novas ancoragens possíveis para elas. Numa visão crítica em relação à descrição de Lerner sobre o impacto dos meios de comunicação no ambiente rural do Líbano, Thompson afirma que:

Na visão de Lerner, a persistência das maneiras tradicionais de viver e a adoção de estilos modernos de vida eram opções mutuamente excludentes, e a passagem da primeira para os últimos era mais ou menos inevitável. (...) [Entretanto] Para muitas pessoas, a opção de manter formas tradicionais de viver não exclui a adoção de modernos estilos de vida. Pelo contrário, elas são capazes de organizar a própria vida de tal maneira que integre elementos da tradição com novas e modernas maneiras de viver (2008, p. 169).



A des-re-territorialização possui relação direta com o desenvolvimento dos meios de comunicação. Esse enfraquecimento das fronteiras espaciais, que possibilita várias formas de hibridação, é uma das consequências trazidas pela mundialização da comunicação. Thompson aponta outras: a *desritualização*, uma vez que muitas formas de comunicação mediada implicam algum grau de fixação do conteúdo simbólico num substrato material, garantindo uma forma de continuidade temporal que diminui a necessidade de reconstituição ritualizada; a *despersonalização*, uma vez que a transmissão da tradição não depende somente dos indivíduos e das interações face a face; e a *deslocalização* (que aqui chamamos de desterritorialização), uma vez que o elo que mantinha as tradições ligadas a específicos lugares de interações face a face foi-se gradualmente enfraquecendo (p. 172-174).

No caso da oralidade amazônica, é possível perceber não apenas a tradição que se “desritualiza”, mas também o território que se des-re-territorializa: a comunicação oral se deixa penetrar pelas formas de comunicação mediadas pelos meios de comunicação de massa e/ou internet; as formas de comunicação antes “estrangeiras” agora dividem espaço com a oralidade que, por sua vez, também incorpora temas de fora (os grandes acontecimentos internacionais, as novelas, adentram o imaginário local, agora formado por múltiplas paisagens).

Esse cenário formado por múltiplas reterritorializações permite que Haesbaert (2010, p. 338) aponte para uma multiterritorialidade – “a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”:

O mundo “moderno” das territorialidades contínuas/contíguas regidas pelo princípio da exclusividade (...) estaria cedendo lugar hoje ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos (HAESBAERT, 1997, p. 44 apud 2010, p. 337).

Trata-se de um processo não exclusivo da região amazônica, uma vez que, desde quando as diversas sociedades localizadas entraram em contato com os meios de comunicação midiáticos, é possível perceber a interação (conflituosa ou não) entre culturas e formas de comunicação diferentes. Mas, no caso específico da Amazônia, essas interações assumem conformação diferenciada por inúmeros fatores. Entre eles, o fato de que a região permaneceu até pouco tempo num relativo isolamento em relação ao restante do Brasil e da América Latina, o que teria permitido, de certa forma,



[...] a predominância numérica dos índios e caboclos durante alguns séculos, a economia apoiada no extrativismo da floresta, na qual o caboclo constitui um elemento-chave em face do saber acumulado sobre o hábitat natural, e a persistência da cultura cabocla diante das outras contribuições que viriam a ocorrer nas últimas décadas (LOUREIRO, 2000, p. 29).

A partir de meados do século XX, quando a política de integração nacional do governo militar estimulou a entrada de capital e de mão de obra na região, as trocas e os conflitos simbólicos se intensificaram tanto pelas migrações externas e internas, como pelas violências do modelo de desenvolvimento capitalista e pelo avanço quase que inevitável dos meios de comunicação midiáticos no território.

Como região grandiosa e socialmente complexa que é, a Amazônia hoje apresenta inúmeras formas de relação com os elementos estrangeiros. No que concerne à oralidade, que durante muito tempo foi a principal forma de comunicação e transmissão das tradições culturais na Amazônia, ela hoje divide “seu espaço” com outras formas de comunicação, (midiáticas ou não), e os outros territórios que ela passa a abrigar interpenetram-se entre si e com o (já múltiplo) território amazônico, formando oralidades híbridas, multiterritorializadas, em maior ou menor grau.

Todas as abordagens teóricas apontadas neste artigo no sentido de oferecer uma compreensão do território amazônico, permitem compreender o que há de particular na região e na sua cultura, mas sobretudo em quê (e por que) esses elementos não são homogêneos, mas interagem e se ressignificam ao entrarem em contato com formas estrangeiras e diversas de formação territorial e cultural.

REFERÊNCIAS

BOURDIN, Alain. Os desafios do local supermoderno. In Idem, **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros** – Cultura - 2006. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf> (Acesso em: 10/08/2011)

LIMA, Eli Napoleão de. Novas Ruralidades, novas identidades. Onde?, In MOREIRA, Roberto José (org.). **Identidades sociais**. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



LOUREIRO, Paes. **Obras reunidas**, volume 4 / João de Jesus Paes Loureiro. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

_____. **A arte como encantaria da linguagem**. Ensaaios transversais. São Paulo: Escrituras Editora, 2008.

MOREIRA, Eidorfe. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Amazônia – o Conceito e a Paisagem. Belém: CEJUP, 1989.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método**, Espaço e sociedade: Ensaaios, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2008.